

O ANUARIO ESTATISTICO DO BRAZIL (1908-1912) E AS BIBLIOTECAS NO DISTRITO FEDERAL*Marcelo A. M. Domingues¹*

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo apresentar dados estatísticos sobre bibliotecas no Distrito Federal que constam no *Anuario Estatístico do Brasil (1908-1912): 1º ano: vol. III: Cultos, Assistência, Repressão e Instrução* publicado em 1927 pela Diretoria Geral de Estatística. Com isso pretendemos contribuir para a História das Bibliotecas no Rio de Janeiro, de modo que seja possível conhecer sobre as bibliotecas existentes em inícios do regime republicano e visualizar seu desenvolvimento no decorrer dos anos trabalhados pela publicação. Não pretendemos aqui exaurir a apresentação dos dados, mas sim mostrar sua existência como primeiro levantamento do tipo feito no Brasil (até onde se sabe) e utilizá-los para algumas reflexões. Para tal, ponderamos brevemente sobre o próprio *Anuario*, bibliotecas e sociedade, sobre os dados brasileiros e, principalmente, os dados a respeito do Distrito Federal presentes no mesmo documento.

Palavras-chave: Anuário Estatístico do Brasil; Bibliotecas no Distrito Federal; Estatística de Bibliotecas; História das Bibliotecas; Distrito Federal (Brasil).

THE STATISTICAL YEARBOOK OF BRAZIL (1908-1912) AND LIBRARIES IN THE FEDERAL DISTRICT

ABSTRACT: The aim of this work is to present statistical data on libraries in the Brazilian Federal District, which are included in the *Statistical Yearbook of Brazil (1908-1912): 1st year: vol. III: Cults, Assistance, Repression and Instruction* published in 1927 by the General Directorate of Statistics. With this, we intend to contribute to the History of Libraries in Rio de Janeiro, so that it is possible to learn about the existing libraries at the beginning of the republican regime and to visualize their development over the years worked by the publication. We do not intend here to exhaust the presentation of the data, but rather to show its existence as the first survey of its kind carried out in Brazil (as far as is known) and to use them for some reflections. To this end, we pondered briefly on the *Yearbook* itself, libraries and society, on the Brazilian data and, mainly, the data regarding the Federal District present in the same document.

Key words: Statistical Yearbook of Brazil; Libraries in Federal District; Libraries Statistics; History of Libraries; Federal District (Brazil).

¹ Produtor cultural (UFF) e Mestre em Estudos Contemporâneos das Artes (UFF/PPGCA), também é bibliotecário (UNIRIO) e, atualmente, mestrando em História (PPGH/UERJ) e bolsista CNPq, onde desenvolve pesquisa sobre a Biblioteca do Instituto dos Advogados Brasileiros.

Introdução

A chegada da família real ao Rio de Janeiro, em 1808, transformou a cidade não somente na sede da corte portuguesa, como instaurou um núcleo emissor de civilização para outras regiões do país, de modo que “enquanto Corte e capital do Império, seu espaço urbano devia refletir o *projeto civilizatório* de matriz europeia [...]” (BARRA, 2006, p. 59). Neste sentido, podemos pensar que tal projeto incluía, por exemplo, a instalação de instituições artísticas e culturais, tais como, museus, bibliotecas, escolas de arte, dentre outras.

André Azevedo (2002) comenta que com essa mudança no estatuto político da cidade, era necessária uma transformação na qual o espaço urbano se adequasse a sua nova função e que também contribuísse para sua mudança de significado. Ainda segundo o autor, D. João VI adequou a cidade à presença da Corte e criou novas instituições culturais e intelectuais na medida em que interviu no espaço urbano (AZEVEDO, 2002). Assim, podemos inferir que o estabelecimento de instituições diversas, inclusive artísticas, culturais e educacionais, transformou o espaço urbano carioca ao longo do século XIX e continuou a modificá-lo no decorrer do século XX.

Quando o Império sai de cena para dar lugar a República, não havia nenhuma produção que desse a conhecer os equipamentos culturais brasileiros, nem quantitativa, nem qualitativamente – quantos eram, o que eram, onde se localizavam etc. O próprio regime republicano só fará esse tipo de levantamento após quase duas décadas de sua instalação.

Deste modo, entre os anos de 1908 e 1912 a Diretoria Geral de Estatística (DGE)² realizou uma apuração de dados interessantes para pensarmos a nação brasileira, que resultaram na publicação do *Anuario Estatístico do Brasil (1908 – 1912)*, contendo informações sobre diversos aspectos nacionais – como território, população, justiça, economia, práticas religiosas, ensino, instituições culturais, dentre outros. As informações contidas nessa publicação são uma forma de conhecer a nação, delimitando o que era o Brasil, inclusive em relação às instituições culturais aqui presentes.

Das organizações as quais tratam o *Anuario*, nesse trabalho nos debruçaremos sobre as bibliotecas existentes no Distrito Federal – acervo, tipologias, dentre outros critérios elegidos pela publicação. O objetivo é conhecer que bibliotecas são essas por meio dos dados estatísticos

² Ela foi instituída pelo decreto n. 4.676, de 14 de janeiro de 1871, sendo “o primeiro órgão da administração imperial voltado para o levantamento de dados estatísticos”. Sua extinção estava prevista pela lei n. 2.940, de 31 de outubro de 1879. Foi restaurada e reorganizada “em 1890, pelo decreto n. 113-D, de janeiro, na gestão do ministro Aristides da Silveira Lobo (1838-1896)” (DIRETORIA..., 2021, *online*).

apresentados pelo *Anuario*. É possível que este seja, até onde se tem conhecimento, o primeiro documento com dados estatísticos sobre bibliotecas brasileiras.

O Anuario Estatístico do Brazil (1908-1912)

Ao falarmos do *Anuario Estatístico do Brazil (1908-1912)*, precisamos compreender que, ainda que os objetivos tenham mudado ao longo do tempo, a produção de estatísticas quase sempre foi algo muito utilizado pelos Estados como forma de enumeração ou quantificação de sua população, seus recursos ou mesmo suas riquezas; as estatísticas são como uma forma de revisão dos domínios governamentais (SENRA, 2006a). Sendo “mensurações construídas das realidades”, elas versam sobre uma coletividade; quando bem-produzidas, servem de forma direta ou indireta às argumentações dos governos (SENRA, 2006a, p. 36).

Em vista disso, cabe uma distinção entre os termos *censo* e *anuário* como forma de esclarecimento sobre o que tratamos aqui neste texto. O *Guia do Censo* do IBGE informa que a palavra *censo* deriva do latim, *census*, significando um conjunto de dados estatísticos a respeito dos habitantes de uma determinada localidade (INSTITUTO, [20--]). Podemos acrescentar, ainda, que o censo corresponde ao “rendimento coletável dos cidadãos, e que serve de base ao exercício de certos direitos políticos” (BASTOS, 1912, p. 304). Por sua vez, um *anuário* apresenta informações descritivas sobre um território, incluindo estatísticas e indicadores diversos (UNIVERSIDADE..., [20--]). Ainda que ambos trabalhem com dados estatísticos, talvez sua diferença resida na periodização: como o nome sugere, o anuário é uma publicação anual – ainda que, nesse primeiro momento, o *Anuario Estatístico do Brazil* não tenha seguido essa periodicidade.

O primeiro censo imperial foi feito em inícios da década de 1870: “[...] só mais tarde, cinquenta anos após a independência, em 1872, é que virá a maturidade institucional. Iniciada tardiamente, contudo, a elaboração das estatísticas não perderá o caminho inexorável do progresso” (BUENO, 2002 *apud* SENRA, 2006a, p. 36). No que concerne a esse censo “ele representou a utopia estatística de um Império que queria se mostrar externamente poderoso e civilizado, internamente integrado e formado por uma população hierarquizada e homogênea, [...]” (CAMARGO, 2018, p. 425).

Já o primeiro censo republicano foi realizado em 1890. Feito às pressas – cerca de menos de dois meses após a instalação do novo regime – ele tenta legitimar a República associando-a ao progresso (CAMARGO, 2015). Em certa medida, esse censo foi utilizado pela nascente

república brasileira como uma forma de visualização do progresso almejado; era um meio de comparar-se com o Império e mostrar seu triunfo sobre ele (CAMARGO, 2015).

Desta maneira, percebemos que a produção de dados estatísticos pode ter usos e intenções políticas, na medida em que tanto seu objetivo – o do Império era se mostrar civilizado, enquanto o da República era se legitimar – quanto sua forma de coleta de dados e apresentação mostram um tipo de discurso sobre a informação exposta no documento produzido.

Cabe contextualizar que, de acordo com Senra (2006b), a DGE não gozou de muito respeito quando foi recriada no início da República. Havia resistência dos estados em fornecer as informações, de forma que ocorria certa deficiência: “nesse tempo [em que atuou], a DGE titubeava, sem dúvida alguma; eram frágeis seus trabalhos e os resultados estatísticos que alcançava eram motivos de acirrada crítica” (SENRA, 2006b, p. 58) – de fato percebemos tal fragilidade no *Anuario*³.

Além disso, no período em que a produção de dados estatísticos brasileiros estava sob a responsabilidade da DGE, “[...] as estatísticas eram derivadas, essencialmente, dos registros administrativos” (SENRA, 2006b, p. 58). Neste sentido, a DGE “demandava informações aos ‘proprietários’ dos registros, na grande maioria estaduais (pese haver os federais). Remetia-lhes algum formulário de agregação, em geral parecido com os quadros (tabelas) de divulgação (quando não os mesmos)” (SENRA, 2006b, p. 58). Em vista disso, notamos como o trabalho da DGE dependia, em certa medida, de terceiros e de sua disponibilidade em responder corretamente e com completude suas solicitações.

O *Anuario Estatístico do Brasil (1908-1912)* foi o primeiro levantamento nacional de dados desse tipo – até onde se sabe, como mencionado - e abrangeu informações correspondentes aos anos de 1908 a 1912⁴, sendo composto por três volumes publicados em anos diferentes: *Território e População* (1916), *Economia e Finanças* (1917) e *Cultos, Assistência, Repressão e Instrução* (1927)⁵ (SOUTO, 2012). Neste trabalho nos ateremos ao terceiro volume, onde constam dados sobre “[...] cultos, assistência, repressão, instrução, ensino civil no Distrito Federal, ensino militar no Distrito Federal, despesas com ensino no Distrito Federal, ensino civil no Brasil” (SOUTO, 2012, p.166).

³ Logo na página de abertura dos dados sobre bibliotecas, constam, por exemplo, um total de 385 bibliotecas no Brasil. No entanto, esse total não corresponde ao somatório das quantidades individuais de bibliotecas apresentadas por cada estado na mesma página. Não sabemos, porém, se o equívoco de cálculo se deu no total brasileiro apresentado, ou se em algum dos dados estaduais.

⁴ Eventualmente são listadas informações coletadas no ano de 1907.

⁵ Esse período de dez anos entre os volumes II e III do *Anuario* ocorreu por consequência do recenseamento de 1920 (BRASIL, 1927).

VARIA

A respeito dos dados sobre bibliotecas expostos pelo *Anuario*, vale acrescentar que eles aparecem em números absolutos, em nenhum momento aparecem as equivalentes porcentagens dos dados mostrados. Desta maneira, qualquer percentual trabalhado aqui é a partir de nossa análise. Outra questão que vale destaque: o *Anuario* apresenta duas “qualidades” de dados: aqueles que foram colhidos pela equipe realizadora, e aqueles que correspondem às respostas das bibliotecas participantes – nessa última, nem todas as bibliotecas levantadas responderam ao questionário submetido pela DGE, e nem toda biblioteca que respondeu, o fez em todos os anos da pesquisa. Portanto, os dados apresentados também serão analisados desta maneira.

Bibliotecas e sociedade

Se houve um momento em que os registros do conhecimento eram escassos, a medida em que as técnicas de produção desses registros se desenvolveram ao longo do tempo – e que alavancou ainda mais com a criação da prensa de tipos móveis, em meados do século XV -, a confecção e a disponibilidade desses registros também aumentaram. Neste sentido, “as coleções – que num determinado momento foram denominadas ‘bibliotecas’ -, pelo seu tamanho e variedade, passaram a indicar o grau de riqueza de uma sociedade, e o número de unidades espalhadas por um determinado território revelava seu grau de desenvolvimento” (MILANESI, 2013, p.12-13).

A partir desta perspectiva, podemos dizer que o estabelecimento de bibliotecas está diretamente ligado tanto ao ambiente social quanto ao desenvolvimento social (EGAN, 1978). Esses fatores, portanto, são determinantes para que haja a criação de tais instituições: elas são um produto, não a base de uma sociedade; como tal, seu propósito surge sempre a partir de uma demanda da sociedade a qual integra, nunca nasce dela mesma (REITH, 1984). Logo, “a criação e o desenvolvimento de bibliotecas dependem, assim, da forma como se desenvolvem os fatores que atuam no processo sociocultural” (GOMES, 1982, p. 20).

Há três parâmetros, apontados por David Reith (1984), que influenciam na organização de bibliotecas: a sociedade e suas instituições; o papel da biblioteca em atender às necessidades sociais; a disseminação da informação e conhecimento. Nesse sentido, concerne ao primeiro parâmetro a ideia de que a sociedade como um todo - ou cada um dos diversos grupos sociais que a compõem -, assim como as instituições por ela mantidas, é que impulsionam a criação de bibliotecas. Isso leva ao segundo parâmetro: a força propulsora de instalação de uma biblioteca

parte de uma demanda que visa atender a uma dada carência social. O que, por fim, traz em seu bojo o terceiro parâmetro: essa urgência pode ser sintetizada em atender a uma necessidade de informação e conhecimento, de modo que a biblioteca cumpra seu papel de disseminação.

À vista disso, podemos dizer que a biblioteca possui algumas funções, como por exemplo: repositório, disseminação da informação, educação e *advocacy* social (REITH, 1984). A primeira e a segunda estão diretamente relacionadas: a biblioteca é um espaço de custódia documental, onde tipologias documentais diversas são armazenadas com a finalidade de serem consultadas pelos usuários - a biblioteca guarda ao mesmo tempo em que dá acesso. Concomitantemente, ela possui uma função educacional - e aqui acrescentamos a função cultural - em virtude da salvaguarda e disseminação; ela é o ambiente onde se aprende (os usuários têm acesso ao conhecimento ali disposto) e se apreende (eles também são introduzidos aos códigos culturais e tradições da sociedade em que vivem). Por fim, a biblioteca é uma instituição que promove a cidadania por meio da disseminação de informação. Cabe salientar, no entanto, que as funções da biblioteca estão sujeitas ao sistema de valores de uma dada sociedade (LANDHEER, 1957).

Não é a intenção aqui estender esse debate, mas propor observações importantes para que se compreenda que não se criam bibliotecas sem que haja um motivo. Antes, elas são constituídas a partir de um dado objetivo, que é determinado por uma sociedade ou grupo social. Tal objetivo, ou demanda, surge a partir do momento que a sociedade ou o grupo social toma consciência de si. Não é a biblioteca que cria a consciência de grupo, esta precede aquela, de modo que “a biblioteca é o resultado do crescimento de uma dose coletiva, que por sua vez a estimula” (LANDHEER, 1957, p. 212, tradução nossa).

É importante termos em mente que, em 1912, último ano do levantamento realizado pelo *Anuario*, uma biblioteca era entendida como “uma coleção de livros; casa e estantes, etc., em que os livros estão arrimados” (BASTOS, 1912, p. 209). Trazer essa definição de biblioteca da época de produção do *Anuario* é essencial para entendermos que essa era a visão que se tinha, naquele período, sobre esse ambiente - biblioteca como um espaço de custódia documental – e notarmos que, provavelmente, foi esse tipo de espaço o considerado como biblioteca no levantamento feito para o *Anuario*.

Breve panorama sobre as bibliotecas brasileiras (1908-1912)

VARIA

Pelo que observamos no *Anuario*, e como comentado anteriormente, ora ele apresenta dados relativos às bibliotecas que responderam aos formulários enviados pela DGE ora ele mostra os dados colhidos pela própria instituição realizadora da estatística. Logo, ele apresenta dados estatísticos a respeito do Brasil, de um modo geral, e também cada um dos 20 estados⁶ - Alagoas, Amazonas, Bahia, Ceará, Espírito Santo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraíba do Norte, Paraná, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo e Sergipe - e do Distrito Federal. Nesta seção serão abordados brevemente os dados brasileiros referentes à quantidade de bibliotecas e o número de obras e volumes.

A seção do documento que trata dos dados sobre as bibliotecas brasileiras é aberta com a apresentação de dados colhidos em 1912 – a partir das bibliotecas que se dispuseram a contribuir com o levantamento. Assim, em termos gerais, o *Anuario* informa que o Brasil possui 385 bibliotecas, das quais 272 são particulares e 113 são públicas (BRASIL, 1927). Cabe lembrar que quando o documento cita públicas, ele quer dizer aquelas que são mantidas com recursos públicos; não necessariamente são bibliotecas públicas no sentido que conhecemos hoje – “biblioteca [de acervo] geral que serve à coletividade a título gratuito ou mediante cotização” (FARIA; PERICÃO, 2008, p. 104). Elas estão divididas, segundo a natureza de sua administração, em municipais, estaduais ou federais (BRASIL, 1927) e pertencem as mais diversas instituições governamentais - secretarias, tribunais, instituições de ensino e etc. Sob esta perspectiva, as bibliotecas particulares citadas pelo documento são aquelas mantidas com recursos de entidades privadas, e também estão vinculadas a diversos tipos de organizações.

Ao desmembrar esses dados por estado, percebemos que São Paulo é o estado com maior número de bibliotecas, 105 (81 públicas e 24 particulares), correspondendo a 27,13% do total brasileiro. Já o Amazonas é o estado com o menor número, somente 1 biblioteca, pública, correspondendo a 0,25% do total brasileiro.

Em relação a quantidade de obras e volumes, o *Anuario* apresenta, respectivamente, as quantidades de 596.644 e 1.552.561, informadas pelas bibliotecas em 1912. No que concerne a esses dados, é interessante perceber como o documento consegue distinguir essas duas noções e apresentar seus dados de forma separada, entendendo a obra como a unidade intelectual e os volumes como as divisões materiais nas quais essa obra se encontra – uma obra pode, por exemplo, estar dividida em 2, 3 ou mais volumes ou tomos. Nesse quesito, é o Distrito Federal o maior detentor de quantidade de obras (149.758) e volumes (675.503), seguido por São Paulo

⁶ O território do Acre não aparece com dados sobre bibliotecas.

VARIA

(129.984 e 255.691, respectivamente) e Rio Grande do Sul (61.125 e 142.213, respectivamente); Goiás, por sua vez, é o estado com menor número de obras (708) e volumes (1.459).

É válido notarmos que não há correlação entre o coeficiente populacional de um estado e o número de bibliotecas existentes em seu território. Por exemplo, Minas Gerais é o estado com a maior população (4.628.553 de habitantes) em 1912, mas nem por isso é aquele com maior número bibliotecas, figurando a terceira posição; o estado com a menor população é o Mato Grosso (191.145 habitantes), mas ainda assim não é aquele com o menor número de bibliotecas (BRASIL, 1916). Portanto, quanto maior ou menor era a população de um estado não significava maior ou menor quantidade de bibliotecas. Lógica semelhante se refere às obras e aos volumes de cada estado, onde o Distrito Federal é o território que possui maior número de obras e volumes, mas não é aquele com maior quantitativo populacional.

Bibliotecas no distrito federal a partir do *Anuario Estatístico do Brasil (1908-1912)*

É importante termos em vista que a instalação de bibliotecas em uma determinada sociedade está condicionada a fatores econômicos, à instrução/ao letramento da população, ao estímulo governamental, à urbanização e, claro, ao comércio livreiro bem-organizado (JOHNSON; HARRIS, 1976 *apud* GOMES, 1982). Esse pensamento evidencia “[...] a estreita relação que há entre biblioteca e o modo como se desenvolve a cultura de uma sociedade, ou seja, a relação entre biblioteca e a evolução sociocultural” (GOMES, 1982, p. 150).

De acordo com Jean Keys Gates (1968, p. 93, tradução nossa), “desde o início a biblioteca tem sido uma agência para a coleção, preservação, uso e transmissão dos registros informacionais e do conhecimento; [...]”. Assim, pensar na instalação de bibliotecas é termos em mente que elas são organizações essenciais à salvaguarda e disseminação da informação – seja ela governamental, educacional, cultural ou de outra natureza.

Também devemos considerar que ao refletir sobre bibliotecas e suas histórias, “[...] a biblioteca é uma agência social organizada para atender a certas necessidades de um grupo social ou da sociedade em geral” (GOMES, 1983, p. xiii). Deste modo, uma vez que “a formação sociocultural brasileira, vista como um todo, não compelia a sociedade a criar bibliotecas nem gerava informações em quantidade representativa, que necessitassem de ser organizadas em forma de bibliotecas” (GOMES, 1983, p. 59), pode-se dizer que, em certa medida, são as instituições governamentais ou as associações privadas que tomaram para si esta

VARIA

responsabilidade – notamos isso inclusive na forma como os dados são apresentados pelo *Anuario*, onde há a segmentação entre bibliotecas públicas (mantidas com recursos do Estado) e bibliotecas particulares (amparadas por recursos de entidades privadas) (BRASIL, 1927).

Vale lembrar que não se criam bibliotecas sem livros, periódicos e outras documentações. Com a atividade editorial em território brasileiro tendo início em 1808, com a instituição da Imprensa Régia, “na entrada do século XX, já se podia comprar um bom livro no Rio de Janeiro. Algumas firmas francesas em expansão estabeleciam suas filiais entre as lojas elegantes da rua do ouvidor, e os primeiros livreiros-editores se aventuravam neste incerto negócio” (MOMENTOS..., 1996, p. 12). As principais livrarias/editoras da cidade, vale lembrar, eram a Garnier e a Laemmert (MOMENTOS..., 1996). Não é possível supor que as bibliotecas do Distrito Federal fossem abastecidas pelas livrarias daqui mesmo da cidade, mas é importante pensar nessa possibilidade, assim como refletir que havia uma nascente indústria editorial brasileira nesse período (MOMENTOS..., 1996).

Por outro lado, falar sobre bibliotecas é também ponderar sobre quem as acessa. Segundo os dados do censo realizado em 1906 na cidade, de uma população total de 811.443 habitantes, 421.072 sabiam ler (cerca de 51,89%). Desses, 260.941 (61,97%) eram homens e 160.131 (38,03%) eram mulheres (RIO DE JANEIRO, 1907). Se pensarmos em usuários potenciais das bibliotecas cariocas desse período, são esses mais de 420 mil habitantes a quem, teoricamente, as bibliotecas da cidade atendem. Contudo, sabemos que capacidade de ler e escrever não significa ter, de fato, acesso a livros ou quaisquer outros materiais de leitura (como jornais e revistas). Supomos, então, que apenas uma pequena parcela da população alfabetizada fosse usuária real das bibliotecas cariocas no início do século XX.

Salientamos ainda que “no final do século XIX, a cidade do Rio de Janeiro possuía um número significativo de livrarias e bibliotecas que supriam a população letrada” (BESSONE, 2014, p. 43). O *Anuario Estatístico do Brasil (1908-1912)* vai justamente mostrar em dados estatísticos quais e quantas eram as bibliotecas existentes no momento em que o levantamento foi realizado pela DGE, bem como quantas obras e volumes se encontravam em seus acervos, dentre outros aspectos que trataremos adiante.

Ao longo dos anos da pesquisa feita pela DGE houve variação, mesmo que pequena, na quantidade de bibliotecas na capital federal: eram 56 em 1907, 59 em 1908, 61 em 1909, 60 em 1910, 60 também em 1911 e 63 em 1912, último ano do levantamento feito pelo *Anuario* (BRASIL, 1927).

VARIA

A respeito da categorização tipológica mais abrangente proposta pelo *Anuario*, bibliotecas públicas e particulares, podemos considerar o seguinte: não há bibliotecas estaduais no Distrito Federal nesse momento – por ser um território com administração própria -, mas as bibliotecas municipais são 2, enquanto as federais são 25. Já as particulares, um total de 32, ainda que não tendo subdivisão, notamos que elas pertenciam a/eram instituições culturais, de ensino, profissionais, religiosas, de saúde, dentre outras (BRASIL, 1927)⁷.

Além disso, propondo uma outra forma de categorização, o *Anuario* contabiliza 2 bibliotecas públicas (1 federal e 1 municipal)⁸, 17 de repartições públicas (16 federais e 1 municipal), 17 de estabelecimentos de ensino (9 federais e 8 particulares) e 27 de corporações (5 de associações religiosas, 12 de associações literárias, científicas e instrutivas, 2 de clubes e sociedades recreativas e 8 de outras corporações) (BRASIL, 1927). Essa segmentação é mais uma maneira do *Anuario* tipologizar as bibliotecas, ainda que de forma pouco específica – nas bibliotecas de instituições de ensino, por exemplo, constam as universitárias e as escolares, hoje entendidas como tipologias diferentes de bibliotecas, uma vez que seu acervo e seus usuários se diferem.

Uma outra divisão proposta pelo *Anuario* (BRASIL, 1927) concerne às bibliotecas que ele denomina como Gerais e as Especiais. Às primeiras, pelo que o nome sugere, correspondem aquelas com acervo mais abrangente em termos de assunto (acervos *gerais*); elas são 37 ao todo. As segundas são aquelas que hoje denominamos como especializadas, seu acervo costuma tratar de uma área específica do conhecimento; essas, no Distrito Federal, distribuem-se entre: Pedagogia e Ensino (3), Engenharia (3), Náutica (2), Botânica e Agronomia (1), Medicina e Farmácia (2), Legislação e Direito (5), Estatística (1), Geografia e História (1), História e Administração (1), Comércio e Indústria (2), Belas Artes (2), Religião (3) – não há bibliotecas de História Natural e Etnografia (BRASIL, 1927); essas bibliotecas especiais são 26 ao todo, em 1912.

Quanto à década de fundação das bibliotecas, podemos observar a tabela abaixo:

⁷ Das 63 bibliotecas contabilizadas em 1912, somente 59 delas foram classificadas pelo *Anuario* segundo a natureza de sua administração (municipal, estadual, federal ou particular).

⁸ Apesar de não explicitar, é provável que se tratem de bibliotecas públicas no sentido proposto por Faria e Pericão (2008) anteriormente, dada a forma como aparecem diferenciadas das outras bibliotecas “públicas”.

VARIA

Tabela 1 - Bibliotecas de acordo com a década de fundação (bibliotecas informantes em 1908)

Décadas de fundação	Quantidade de Bibliotecas
Antes de 1800	2
1800	2
1810	2
1820	2
1830	3
1840	2
1850	3
1860	2
1870	3
1880	6
1890	8
1900	19
1911	-
1912	3
Ano não verificado	2
Total:	59

Fonte: Elaborado pelo autor a partir de *Anuario...* (BRASIL, 1927)

As duas bibliotecas fundadas antes de 1800 são monásticas e foram instituídas ainda no século XVI e são, portanto, as mais antigas do Rio de Janeiro: a biblioteca do Convento do Carmo (1545) e a do Mosteiro de São Bento (1590). Já as mais recentes, pelo levantamento do *Anuario*, são a Biblioteca da “República”, a do Primeiro Batalhão de Infantaria da Brigada Policial e a do Segundo Batalhão de Infantaria da Brigada Policial, todas criadas no ano de 1912 (BRASIL, 1927).

A partir do ano de fundação dessas bibliotecas, observamos também que 6 delas foram criadas ainda no Brasil Colônia, 21 foram durante o Império e 30 já nas primeiras décadas republicanas – outras 2 não se conseguiu verificar o ano de fundação (a da Fábrica de Cartuchos e Artefatos de Guerra e a do Supremo Tribunal Militar) (BRASIL, 1927). Portanto, em período de tempo menor, a República instalou mais bibliotecas na cidade do Rio de Janeiro que todo o Império.

Sobre seu funcionamento, em 1912, podemos elencar aquelas que abrem: inclusive nos domingos (8), exclusive nos domingos (3); nos dias úteis e nos santificados (1); nos dias úteis (43); nos domingos, santificados e feriados (1); três vezes por semana (1), duas vezes (1), uma vez (1); não declararam seu funcionamento (4). Ainda pensando sobre essa questão, 16 informaram que funcionam de dia e à noite, 39 somente de dia, 4 somente à noite, e em 4 delas não foi possível apurar o funcionamento (BRASIL, 1927). Em relação à iluminação daquelas

VARIA

que funcionam à noite, o *Anuario* relata que 3 delas são iluminadas à eletricidade e gás carbônico, 8 à eletricidade, 10 a gás carbônico, e 3 delas não informaram a esse respeito (BRASIL, 1927).

No que dizia respeito ao quantitativo de obras o Distrito Federal saía na frente: em 1912, segundo os dados informados pelas bibliotecas participantes, a capital federal contava com 149.758 obras (43,5% do total nacional); esse número foi alavancado para 479.937 obras (43,3% do total brasileiro de 1.108.273), segundo dados coletados pela própria DGE. Em relação à quantidade de obras, a evolução do Distrito Federal foi a seguinte segundo as bibliotecas informantes:

Tabela 2 - Quantitativo de Obras segundo as bibliotecas informantes

Ano	Quantidade de Obras	Bibliotecas Informantes
1907	88.780	29
1908	137.149	23
1909	162.071	22
1910	166.168	19
1911	197.042	17
1912	149.758	28

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de *Anuario...* (BRASIL, 1927)

Na verdade, o acervo das 63 bibliotecas instaladas no DF em 1912 era bastante superior ao que consta informado pelas 28 bibliotecas desse ano. Segundo as estatísticas do *Anuario* (BRASIL, 1927), esse acervo foi de:

Tabela 3 - Quantitativo de Obras aferido pela DGE

Ano	Quantidade de Obras	Quantidade de Bibliotecas
1907	432.722	56
1908	440.491	59
1909	447.832	61
1910	461.249	60
1911	470.311	60
1912	479.937	63

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de *Anuario...* (BRASIL, 1927)

Ainda assim, ele informa que em 1908 não entrou na contagem o acervo da biblioteca da Associação de Imprensa, e entre 1909 e 1912 não foram contabilizados os acervos dessa mesma biblioteca e também da biblioteca do Serviço de Informações e Divulgação do

VARIA

Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Logo, podemos supor que o total de obras fosse um pouco maior do que o que consta no documento. Vale lembrar também, que a maioria dessas bibliotecas possuía um acervo de até 1.000 obras (BRASIL, 1927).

Também em relação ao quantitativo de volumes o Distrito Federal tomava a dianteira: em 1912, segundo as bibliotecas informantes, ele contava com 675.503 volumes (25,1% do total nacional); esse número é elevado para 776.237 volumes (42,67% do total brasileiro de 1.818.958), segundo dados apurados pela DGE. Desse modo, sobre quantidade de volumes nos acervos das bibliotecas do Distrito Federal, visualizamos o seguinte de acordo com as bibliotecas informantes:

Tabela 4 - Quantitativo de Volumes segundo as bibliotecas informantes

Ano	Quantidade de Volumes	Bibliotecas Informantes
1907	598.853	41
1908	212.741	23
1909	264.654	22
1910	274.461	22
1911	319.092	21
1912	675.503	33

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de *Anuario...* (BRASIL, 1927)

Contudo, segundo o levantamento do *Anuario* (BRASIL, 1927) consta:

Tabela 5 - Quantitativo de Volumes aferido pela DGE

Ano	Quantidade de Volumes	Quantidade de Bibliotecas
1907	711.479	56
1908	716.363	59
1909	732.681	61
1910	749.751	60
1911	762.311	60
1912	776.237	63

Fonte: Elaborado pelo Autor a partir de *Anuario...* (BRASIL, 1927)

Seguindo as mesmas observações relacionadas à contagem de obras, as mesmas bibliotecas, nos mesmos períodos, não participaram da contagem de volumes, de forma que podemos estipular que também a quantidade de volumes fosse um pouco maior àquela relatada pelo documento. Também de modo semelhante à quantidade de obras, a maioria das bibliotecas possui até 1.000 volumes em seus acervos (BRASIL, 1927).

VARIA

Outras informações retiradas do *Annuario* podem ser pensadas sobre idiomas e assuntos. Além do português, havia obras também em francês (essa língua sendo aquela com a maior presença, em 1912, após o português), espanhol, italiano, inglês, alemão, latim e grego. Em relação aos assuntos, as obras eram classificadas em: matemática pura e aplicada; ciências físicas e naturais; ciências sociais, políticas e morais; ficção (em verso e em prosa); belas artes; história e geografia; comércio, indústria e artes úteis; outros assuntos (BRASIL, 1927).

Com os dados apresentados pelo *Annuario*, é possível concordarmos com Gates (1968) quando a autora comenta que ao longo da história das bibliotecas, algumas necessidades impulsionaram o estabelecimento de tais instituições, e podem ser consideradas básicas, universais e contínuas: a de preservar documentos governamentais, a de dar suporte à instrução religiosa e moral, a de promover a educação formal e a de providenciar e facilitar acesso a materiais acadêmicos.

Quando tomamos a cidade do Rio de Janeiro como exemplo para pensar sobre as bibliotecas existentes em seu território em meados do período primeiro republicano, podemos observar as necessidades elencadas por Gates (1968) através das tipologias de bibliotecas presentes em solo carioca: há bibliotecas dos órgãos governamentais, como a do Arquivo Público Nacional; bibliotecas religiosas, como as do Convento do Carmo e a do Mosteiro de São Bento; há bibliotecas escolares como a do Colégio Pedro II; assim como bibliotecas especializadas, como a do Jardim Botânico; universitárias, como a da Faculdade Livre de Direito; além de biblioteca pública, como a Biblioteca Municipal, dentre outras categorias.

O *Annuario* mostra, então, que na capital federal existia um número considerável de bibliotecas, que elas eram de diversos tipos e sua quantidade aumentou ao longo do tempo (juntamente com seus acervos).

Considerações finais

Parte dos dados levantados pelo *Annuario Estatístico do Brasil (1908-1912)* apresenta a situação das bibliotecas brasileiras, oferecendo um panorama do que havia disponível entre os anos de 1907 e 1912⁹ em relação à quantidade de bibliotecas em território nacional e ao quantitativo de seu acervo. Ele também apresenta outros dados como idioma e assuntos das obras, seus horários de funcionamento e como elas eram iluminadas. Por uma questão de escopo

⁹ Muito embora o *Annuario* se proponha a tratar dos anos entre 1908 e 1912, como vimos, em alguns casos ele apura também o ano de 1907.

VARIA

deste trabalho, optamos por tratar mais minuciosamente essas últimas questões apenas sobre o Distrito Federal.

A importância desse documento produzido nas primeiras décadas da República brasileira se dá, justamente, por não haver antecedentes a este tipo de levantamento até 1907, ano inicial da coleta de dados do *Anuario*; até onde se tem notícia, é a primeira vez que são colhidos dados sobre bibliotecas no Brasil. Ainda que nem todas as bibliotecas tenham participado ativamente, respondendo com completude aos formulários enviados pela DGE, ainda assim esse documento nos traz um cenário muito interessante para pensarmos a situação das bibliotecas brasileiras naquele momento. É a partir da perspectiva apresentada que podemos ponderar sobre história das bibliotecas no Brasil e, em se tratando deste trabalho, no Distrito Federal.

Em um momento no qual boa parte da população distrital não sabia ler ou escrever, e, provavelmente, uma porcentagem dos que sabiam não tinham acesso a essas bibliotecas, podemos conjecturar que as bibliotecas distritais serviam a uma pequena parcela da população letrada.

Por outro lado, notamos como pode ter sido importante para a nascente República brasileira a apresentação das estatísticas nacionais e, talvez, sobretudo, do Distrito Federal. Isto é, a República pode ter utilizado a estatística como fator de legitimação do novo regime de modo que pudesse mostrar, por meio dela, um progresso calcado na melhoria material. Neste sentido a melhoria significa o aumento do número de bibliotecas e de seus acervos (quantidade de obras e volumes), ainda que parte expressiva dessas bibliotecas fosse particular e não vinculadas ao Estado.

Em suma, as considerações a que chegamos a respeito do que foi tratado ao longo deste trabalho foram que a quantidade de bibliotecas dobrou entre o Império e os primeiros anos da República; conseqüentemente, também aumentou a quantidade de obras e volumes existentes nos acervos dessas bibliotecas. Além disso, observamos que uma parcela das bibliotecas funcionava em dias não-úteis e também durante a noite. Em certa medida, isso denota uma intenção de tentar abarcar mais usuários – conjecturamos que, talvez, essas bibliotecas tivessem consciência que um horário de funcionamento circunscrito aos dias úteis e ao período do dia fosse muito restrito e atendia a poucos usuários.

Ademais, salienta-se que pensar em estatísticas de bibliotecas é também pensar na História das Bibliotecas, uma vez que esta qualidade de informação apresenta o desenvolvimento desses espaços ao longo de um período e pode auxiliar no entendimento sobre

a relação entre as bibliotecas e a sociedade na qual se inserem. No caso que trabalhamos aqui, nos mostra como as bibliotecas do Distrito Federal entre 1907 e 1912 prosperaram, seja em quantidade dessas instituições, ou mesmo em relação aos seus acervos (obras e volumes).

Referências documentais

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **Anuario estatístico do Brazil**: 1º Anno (1908-1912): volume I: Territorio e População. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1916. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023000&parte=1>. Acesso em 10 nov. 2022.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **Anuario estatístico do Brazil**: 1º Anno (1908-1912): volume III: Cultos, Assitência, Repressão e Instrução. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1927. Disponível em: <https://bibliotecadigital.seade.gov.br/view/singlepage/index.php?pubcod=10023002&parte=1>. Acesso em 10 nov. 2022.

RIO DE JANEIRO (Districto Federal). Directoria Geral de Polícia Administrativa, Arquivo e Estatística. **Recenseamento do Rio de Janeiro (Districto Federal) realizado em 20 de setembro de 1906**. Rio de Janeiro, Oficina da Estatística, 1907.

Referências bibliográficas

AZEVEDO, André Nunes. A capitalidade do Rio de Janeiro. Um exercício de reflexão histórica. In: AZEVEDO, André Nunes. **Rio de Janeiro: capital e capitalidade**. Rio de Janeiro: UERJ/SR-3/Depext, 2002.

BARRA, Sérgio. **Entre a Corte e a cidade**: o Rio de Janeiro no tempo do Rei (1808-1821). 2006. Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: https://www.maxwell.vrac.puc-rio.br/9555/9555_1.PDF. Acesso em: 01 set. 2022.

BASTOS, José Timóteo da Silva. **Diccionario etymologico, prosodico e orthographico da lingua portugueza**. Lisboa: Livraria Editora, 1912.

BESSONE, Tania Maria. **Palácios de destinos cruzados**: bibliotecas, homens e livros no Rio de Janeiro, 1870-1920. 2.ed. São Paulo, EdUSP: 2014.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. Dimensões da nação: uma análise do discurso estatístico da Directoria Geral de Estatística (1872-1930). **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 30, n. 87, p. 79-95, fev. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/QSQ3tFL3NDNBBWqJCTHBzDk/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 08 jan. 2023.

CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial. **Revista História UNISINOS**, São Leopoldo - RS, v. 22, n. 3, p. 414-428, set./out. 2018. Disponível em: <https://revistas.unisinus.br/index.php/historia/article/view/htu.2018.223.07/60746535>. Acesso em: 07 jan. 2023.

DIRETORIA Geral de Estatística (1889-1930). *In: Dicionário da Administração Pública Brasileira da Primeira República*. [Rio de Janeiro]: Arquivo Nacional, 2021. Disponível em: <http://mapa.an.gov.br/index.php/dicionario-primeira-republica/896-diretoria-geral-de-estatistica>. Acesso em 10 jan. 2023.

EGAN, Margaret. The library and social structure. *In: GERARD, David (ed.). Libraries in society*. London: Clive Bingley, 1978.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. **Dicionário do livro: da escrita ao livro eletrônico**. São Paulo: EdUSP, 2008.

GATES, Jean Keys. The library in society. *In: GATES, Jean Keys. Introduction to librarianship*. New York: McGraw-Hill, 1968.

GOMES, Sônia de Conti. Criação e desenvolvimento de bibliotecas e variáveis sócio-culturais. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**, Belo Horizonte, v. 11., n. 2, p. 146-157, set. 1982. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36421>. Acesso em: 05 nov. 2022.

GOMES, Sônia de Conti. **Bibliotecas e sociedade na primeira república brasileira: fatores sócio-culturais que atuaram na criação e instalação de bibliotecas de 1890 a 1930**. São Paulo: Pioneira, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Guia do senso: apresentação**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/apresentacao.html>. Acesso em 10 jan. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Guia do senso: conceituação**. [S.l.], [20--]. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/materiais/guia-do-censo/conceituacao.html>. Acesso em 10 jan. 2023.

LANDHEER, Bartholomew. **Social Functions of Libraries**. New York: Scarecrow Press, 1957.

MILANESI, Luís. **Biblioteca**. 3.ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2013.

MOMENTOS DO LIVRO NO BRASIL. São Paulo: Ática, 1996.

MULLER, Susana Pinheiro Machado. Bibliotecas e sociedade: a evolução da interpretação de função e papéis da biblioteca. **Revista da Escola de Biblioteconomia da UFMG**. Belo Horizonte, v. 13, n. 1, p.7-54, mar. 1984. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/reb/article/view/36462>. Acesso em 8 nov. 2022.

VARIA

REITH, David. The library as a social agency. *In*: ROGERS, A. Robert.; MCCHESENEY, Kathryn. **The library in Society**. Littleton, CO: Libraries unlimited, Inc., 1984.

SENRA, Nelson. Informação estatística: forma de saber, fonte de poder. *In*: SENRA NELSON. **História das estatísticas brasileiras**: Vol 1: Estatísticas desejadas (c. 1822-1889). Rio de Janeiro: IBGE, 2006a.

SENRA, Nelson. Deficiência de informação: a federação embaralha a atividade estatística. *In*: SENRA NELSON. **História das estatísticas brasileiras**: Vol 2: Estatísticas legalizadas (c. 1889-1936). Rio de Janeiro: IBGE, 2006b.

SOUTO, Raquel Dezidério. O Anuário estatístico do Brasil e as informações sobre saúde e educação. **Estatística e Sociedade**, Porto Alegre, n. 2, p. 157-174, nov. 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/estatisticaesociedade/article/view/32041>. Acesso em 07 jan. 2023.

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO. Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade de Ribeirão Preto. **Anuário Estatístico do Brasil**. Ribeirão Preto, [20--]. Disponível em: <https://www.fearp.usp.br/institucional/docentes/economia/307-cinfo/bases/bases-dados/1478-anuario-estatistico-do-brasil.html>. Acesso em 10 jan. 2023.